



**Mata de Santa Genebra Transmissão S.A**

CNPJ Nº 19.699.063/0001-06

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

[www.copel.com](http://www.copel.com)    [copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

Rua Barão de Teffé, 160, Sala 505 – Anhangabaú – Jundiaí - SP, CEP 13208-760

# **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

## **2025**

## SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....	3
1. A COMPANHIA .....	4
2. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA) .....	4
3. DESEMPENHO OPERACIONAL .....	5
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO .....	7
<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS .....</b>	<b>8</b>
Balanço Patrimonial .....	8
Demonstração do Resultado .....	9
Demonstração do Resultado Abrangente .....	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	11
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS .....</b>	<b>12</b>
1. Contexto Operacional .....	12
2. Base de Preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias .....	12
3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias .....	13
4. Caixa e Equivalentes de Caixa .....	14
5. Concessionárias e permissionárias .....	14
6. Investimentos temporários .....	15
7. Tributos .....	15
8. Imobilizado .....	16
9. Intangível .....	18
10. Fornecedores .....	18
11. Debêntures e arrendamento mercantil .....	18
12. Encargos Setoriais a Recolher .....	19
13. Provisões para Litígios e Passivo Contingente .....	20
14. Patrimônio Líquido .....	21
15. Receita Operacional Líquida .....	21
16. Custos e Despesas Operacionais .....	21
17. Resultado Financeiro .....	22
18. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário .....	23
19. Instrumentos Financeiros .....	27
20. Partes relacionadas .....	29
21. Seguros .....	29
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE .....	31

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### À ACIONISTA

A Administração da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia relativas ao exercício de 2025, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Curitiba, 17 de abril de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO  
REZENDE**  
Diretor Técnico

**ADRIANO FEDALTO**  
Diretor Administrativo-Financeiro

## 1. A COMPANHIA

A Mata de Santa Genebra Transmissão S.A (MSG ou Companhia) foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, em 11.12.2013 e atua na área de transmissão de energia elétrica. Tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT ou Controladora) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

### 1.1. MSG em números

Em R\$ mil	2025	2024	variação %
<b>Indicadores Contábeis Regulatórias</b>			
Ativo total	2.704.416	2.746.741	(1,5%)
Caixa e equivalentes de caixa	178.401	20.964	751,0%
Investimentos Temporários <sup>(1)</sup>	100.423	266.586	(62,3%)
Dívida total	1.786.671	1.784.680	0,1%
Dívida Líquida	1.507.847	1.497.130	0,7%
Receita operacional bruta	358.335	330.665	8,4%
Deduções da receita	(36.756)	(35.182)	4,5%
Receita operacional líquida	321.579	295.483	8,8%
Custos e despesas operacionais	105.449	129.003	(18,3%)
Resultado das atividades	216.130	166.480	29,8%
EBITDA ou LAJIDA	282.756	233.340	21,2%
Resultado financeiro	(163.168)	(174.272)	(6,4%)
IRPJ/CSLL	(17.957)	2.660	(775,1%)
Lucro operacional	52.962	(7.792)	(779,7%)
Lucro líquido do exercício	35.005	(5.132)	(782,1%)
Patrimônio líquido	829.039	887.610	(6,6%)
Juros sobre o capital próprio	24.555	23.007	6,7%
Dividendos	73.666	69.021	6,7%
<b>Indicadores Econômico-Financeiros Regulatórios</b>			
Liquidez corrente (índice)	1,6	1,6	—%
Liquidez geral (índice)	0,2	0,2	—%
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	87,9%	79,0%	11,3%
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	215,5%	201,1%	7,2%
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	16,5%	(2,6%)	(734,6%)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	10,9%	(1,7%)	(741,2%)
Participação de capital de terceiros (%)	69,3%	67,7%	2,4%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	4,2%	(0,6%)	(800,0%)

(1) Garantias de contratos da dívida

## 2. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

A MSG, como subsidiária da Copel GeT e da Copel, incorpora os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança) à sua estratégia corporativa, fundamentando sua atuação nos temas materiais identificados por meio de consulta às partes interessadas, nas diretrizes estabelecidas pela Política de Sustentabilidade. A integridade é um valor transversal que orienta todas as práticas da companhia, reforçando o compromisso com a ética, a transparência e a conformidade. Essa abordagem é complementada por compromissos voluntários alinhados aos Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Agenda 2030).

O ESG na estratégia da Copel visa promover uma cultura sistêmica e ampla de sustentabilidade, com origem nas partes interessadas, e os temas materiais orientam programas e iniciativas que geram valor compartilhado, minimizam riscos e potencializam oportunidades.

O desempenho ESG é monitorado continuamente por indicadores e avaliações externas, como o ISE, da [B]<sup>3</sup>, o CSA, da S&P Global, e o CDP.

## 2.1. Programa de Integridade

O Programa de Integridade da Copel está alinhado às melhores práticas de ações contra a corrupção. O 10º Princípio do Pacto Global preconiza que as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, com metas para desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, indo além das obrigações legais, fortalecendo os mecanismos de transparência e integridade. Abrangendo todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais, o Programa de Integridade está estruturado para prevenir, detectar e remediar potenciais atos lesivos como conflito de interesses, fraudes em processos de contratação e pagamentos, entre outros.

Para seguir garantindo a aplicação das melhores práticas, a Copel foi certificada pela ISO 37301, revisando uma série de práticas e normas, ampliando a interação entre os processos de controles e gestão de riscos e implementou outras melhorias ao longo de 2024.

O Programa de Integridade Copel engloba: Código de Conduta; Estatuto Social; Canais de Manifestação; Gestão de Riscos; Matriz de Riscos e Controles Internos e Políticas abrangentes. As informações detalhadas que contemplam o Programa de Integridade da Copel podem ser acessadas no website:

<https://ri.copel.com/publicacoes-e-documentos/formulario-de-referencia-e-cadastral/>

## 2.2. Dimensão Social

A MSG, como subsidiária da Copel GeT e da Copel, reafirma seu compromisso com a integração das dimensões ambiental, social e econômica, orientando suas práticas pelas Políticas de Sustentabilidade e de Governança Corporativa, que consolidam valores como diálogo, transparência, respeito aos Direitos Humanos, acessibilidade, inclusão e desenvolvimento sustentável. Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no Relato Integrado da Copel.

### • Política de Equidade

A Copel defende a equidade como o tratamento justo e isonômico a ser dispensado a cada uma das partes interessadas (conforme as suas especificidades e demandas), sempre baseado em respeito, diversidade, inclusão e igualdade de direitos e oportunidades. A equidade estimula a competitividade e constrói um ambiente que viabiliza decisões mais assertivas e justas, com atenção especial a grupos vulneráveis e sujeitos à discriminação.

Para a Copel, o compromisso com a equidade de gênero e com o papel da mulher no Brasil e no mundo são uma missão de todos. Por isso, constitui pilar fundamental dentre as suas diretrizes estratégicas e está refletido nos seus documentos empresariais, em especial no Código de Conduta e nas Políticas de Sustentabilidade, de Governança Corporativa, de Gestão de Pessoas e de Indicação, Remuneração e Avaliação Anual de Desempenho.

A Companhia, adota as políticas de sua controladora e possui dois diretores responsáveis pela tomada de decisões, não dispondo de empregados próprios nem de conselho de administração constituído, sendo que as matérias relevantes são submetidas à deliberação da Assembleia Geral.

## 2.3. Dimensão Ambiental

A MSG, como subsidiária da Copel GeT e da Copel, atua de forma comprometida com o desenvolvimento sustentável. A Companhia atua para atingir a ecoeficiência, preservar a biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). As diretrizes para essa atuação estão na Política de Sustentabilidade da Copel, que aborda em seus diversos capítulos os temas Ambiental, Biodiversidade, Direitos Humanos, Engajamento com Partes Interessadas, Investimento Social Privado e Mudança do Clima. Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no Relato Integrado da Copel.

## 3. DESEMPENHO OPERACIONAL

A MSG arrematou o Lote A do leilão ANEEL nº 07/2013 realizado em novembro de 2013. O Aviso de Homologação e Adjudicação do referido leilão foi publicado no Diário Oficial da União em 24.03.2013. O Contrato de Concessão nº 01/2014 foi assinado em 14.05.2014, pelo prazo de 30 anos, com vencimento portanto em 13.05.2044.

O contrato de concessão previa as seguintes instalações nos estados de São Paulo e Paraná, com prazo de entrada em operação comercial em 42 meses:

- LT 500kV Itatiba – Bateias;

- LT 500kV Araraquara 2 – Itatiba;
- LT 500kV Araraquara 2 – Fernão Dias;
- SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV, Compensador Estático (-300, +300) Mvar;
- SE Itatiba 500 kV, Compensador Estático (-300, +300) Mvar; e
- SE 500/440 kV Fernão Dias (9+1R) X 400 MVA.

Além dessas instalações, o contrato de concessão previa também as seguintes obras, com prazo de entrada em operação comercial em 48 meses:

- Seccionamento da LT 500 kV Campinas-Cachoeira Paulista na SE Fernão Dias;
- Seccionamento da LT 440 kV Bom Jardim-Taubaté na SE Fernão Dias.

Conforme previsão, esses últimos bens foram transferidos sem ônus para as concessionárias de transmissão das linhas seccionadas (Furnas Centrais Elétricas S.A. e Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista – CTEEP, respectivamente).

Todas as instalações já entraram em operação comercial.

#### Reforços nas instalações:

- A Aneel emitiu a Resolução Autorizativa nº 16.297/2025, autorizando a Companhia a implantar reforços na SE Fernão Dias, sob sua responsabilidade, e estabeleceu a Receita Anual Permitida - RAP no valor de R\$ 18,3 milhões com entrada prevista para janeiro de 2028.

#### Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Físicas

Linhas e Subestações de Transmissão	Propriedade	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
<b>Linhas e Subestações próprias</b>							
Contrato nº 001/2014							
Compensador Estático de Reativos - SE Santa Barbara d' Oeste	100%	CS	500,0	—	—	04.09.2020	14.05.2044
Compensador Estático de Reativos - SE Itatiba		CS	500,0	—	—	28.02.2020	
LT Araraquara 2 - Itatiba		CS	500,0	414	—	08.03.2020	
LT Itatiba - Bateias		CS	500,0	222	—	23.03.2020	
LT Araraquara 2 - Fernão Dias e SE Fernão Dias (1º Banco de Autotransformado + Reserva)		CS	500,0	249	1.200	19.11.2020	
SE Fernão Dias (2º e 3º Banco de Autotransformadores)		CS	500,0	—	2.400		
				<b>159</b>	<b>300</b>		

#### Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Financeiras

Linhas e Subestações de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ mil)	RAP Proporc. (R\$ mil)	Ano de degraú da RAP	Mês base reajuste	Índice de correção
<b>Linhas e Subestações próprias</b>						
Contrato nº 001/2014						
Compensador Estático de Reativos - SE Santa Barbara d' Oeste	100%	338.708	338.708	não aplicável	Julho	IPCA
Compensador Estático de Reativos - SE Itatiba						
LT Araraquara 2 - Itatiba						
LT Itatiba - Bateias						
LT Araraquara 2 - Fernão Dias e SE Fernão Dias (1º Banco de Autotransformado + Reserva)						
SE Fernão Dias (2º e 3º Banco de Autotransformadores)						

## RAP Realizada e Esperada

Em vista das linhas em operação, a RAP esperada para os próximos cinco anos está representada no quadro a seguir:

Linha de transmissão - RAP proporcional - R\$ mil *	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Integral</b>							
Contrato de concessão de transmissão nº 001/2014	316.837	338.708	338.708	338.708	357.017	357.017	357.017
<b>Total</b>	<b>316.837</b>	<b>338.708</b>	<b>338.708</b>	<b>338.708</b>	<b>357.017</b>	<b>357.017</b>	<b>357.017</b>

\* Valores correntes nominais até 2025. A partir de 2026, inclusive, são sem inflação à moeda de 31.12.2025.

## 4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### 4.1. Receita Operacional Líquida

Em 2025, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 26.096, representando 8,8% de aumento em relação a 2024, decorrente principalmente, da atualização da RAP pelo IPCA.

### 4.2. Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais, tiveram redução de R\$ 23.512, representando redução de 18,2% em relação a 2024, conforme detalhado a seguir:

	2025	2024	Variação	
			R\$	%
Pessoal, administradores, Planos de Previdência e Assistencial	5.619	9.075	(3.456)	(38,1)
Material	446	352	94	26,7
Serviços de terceiros	33.382	24.526	8.856	36,1
Arrendamentos e aluguéis	1.530	1.797	(267)	(14,9)
Seguros	1.965	1.868	97	5,2
Perdas estimadas, provisões e reversões	(4.509)	9.458	(13.967)	(147,7)
Tributos	18	665	(647)	(97,3)
Depreciação e amortização	66.626	66.860	(234)	(0,3)
Gastos diversos	699	553	146	26,4
(-) Outras receitas operacionais	(363)	(2.553)	2.190	(85,8)
Outras despesas operacionais	78	16.402	(16.324)	(99,5)
	<b>105.491</b>	<b>129.003</b>	<b>(23.512)</b>	<b>(18,2)</b>

### 4.3. EBITDA ou LAJIDA

Em R\$ milhões	2025	2024
Lucro líquido do exercício	35.005	(5.132)
Despesas com tributos sobre os lucros	17.957	(2.660)
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	163.168	174.272
<b>Lajir/Ebit</b>	<b>216.130</b>	<b>166.480</b>
Depreciação e Amortização	66.626	66.860
<b>Lajida/Ebitda</b>	<b>282.756</b>	<b>233.340</b>
Receita Operacional Líquida - ROL	321.579	295.483
<b>Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)</b>	<b>87,93%</b>	<b>78,97%</b>

### 4.4. Resultado Financeiro.

O resultado financeiro apresentou acréscimo de R\$ 11.104 ou 6,37% em relação a 2024 impactado principalmente pela redução nos valores de variação monetária e encargos de dívida e devido ao aumento do rendimento de aplicações financeiras em relação ao ano anterior.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

### Balanco Patrimonial

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(em milhares de reais)

ATIVO	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	178.401	20.964
Concessionárias e permissionárias	5	37.577	39.750
Serviços em curso		1.179	—
Tributos compensáveis	7	1.583	5.898
Investimentos temporários	6	—	145.343
Despesas pagas antecipadamente		261	1.173
Outros ativos circulantes		286	239
		<b>219.287</b>	<b>213.367</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Serviços em curso		—	1.047
Tributos compensáveis	7	7.407	11.500
Depósitos judiciais e cauções		375	437
Investimentos temporários	6	100.423	121.243
Tributos diferidos	7	48.523	57.282
		<b>156.728</b>	<b>191.509</b>
<b>Imobilizado</b>	8	<b>1.858.796</b>	<b>1.896.712</b>
<b>Direito de uso</b>		<b>610</b>	<b>868</b>
<b>Intangível</b>	9	<b>468.995</b>	<b>444.285</b>
		<b>2.485.129</b>	<b>2.533.374</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.704.416</b>	<b>2.746.741</b>

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

PASSIVO	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	10	7.160	7.031
Debêntures e arrendamento mercantil	11	98.086	87.319
Obrigações sociais e trabalhistas		11	384
Tributos	7	3.103	2.272
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio	14.3	24.555	23.007
Encargos setoriais	12	1.659	453
Outros passivos circulantes		716	10.403
		<b>135.290</b>	<b>130.869</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Debêntures e arrendamento mercantil	11	1.688.585	1.697.361
Provisão para litígios	13	46.058	25.933
Encargos setoriais	12	4.213	4.006
Outros passivos não circulantes		1.231	962
		<b>1.740.087</b>	<b>1.728.262</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	14.1	1.134.963	1.134.963
Reservas de lucros		27.152	21.982
Prejuízos acumulados		(406.742)	(338.356)
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	14.3	73.666	69.021
		<b>829.039</b>	<b>887.610</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>2.704.416</b>	<b>2.746.741</b>

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## Demonstração do Resultado

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
<b>RECEITA</b>			
Disponibilização do sistema de transmissão		358.335	330.665
	15	<b>358.335</b>	<b>330.665</b>
<b>Tributos</b>			
Pis/Pasep		(5.759)	(5.534)
Cofins		(26.526)	(25.488)
		<b>(32.285)</b>	<b>(31.022)</b>
<b>Encargos</b>			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(3.216)	(2.955)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE		(1.255)	(1.205)
		<b>(4.471)</b>	<b>(4.160)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>321.579</b>	<b>295.483</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>321.579</b>	<b>295.483</b>
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>			
Pessoal e administradores	16.1	(5.619)	(9.075)
Material		(446)	(352)
Serviços de terceiros	16.2	(33.382)	(24.526)
Arrendamentos e aluguéis		(1.530)	(1.797)
Seguros		(1.965)	(1.868)
Perdas estimadas, provisões e reversões		4.509	(9.458)
(-) Recuperação de despesas		42	—
Tributos		(18)	(665)
Depreciação e amortização		(66.626)	(66.860)
Gastos diversos		(699)	(553)
(-) Outras receitas operacionais		363	2.553
Outras despesas operacionais		(78)	(16.402)
	16	<b>(105.449)</b>	<b>(129.003)</b>
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>		<b>216.130</b>	<b>166.480</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Despesas financeiras		(201.760)	(207.778)
Receitas financeiras		38.592	33.506
	17	<b>(163.168)</b>	<b>(174.272)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>52.962</b>	<b>(7.792)</b>
Despesas com tributos sobre o lucro	7.3	(17.957)	2.660
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>35.005</b>	<b>(5.132)</b>

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## Demonstração do Resultado Abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>35.005</b>	<b>(5.132)</b>
Outros resultados abrangentes	—	—
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>35.005</b>	<b>(5.132)</b>

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(em milhares de reais)

	NE nº	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Dividendo adicional proposta		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>		<b>1.209.074</b>	<b>17.138</b>	<b>82.858</b>	<b>(236.352)</b>	<b>1.072.718</b>
Lucro líquido do exercício		—	—	—	(5.132)	(5.132)
Deliberação do dividendo adicional proposto		—	—	(82.858)	—	(82.858)
Redução de capital		(74.111)	—	—	—	(74.111)
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	14.2	—	4.844	—	(4.844)	—
Dividendos	14.3	—	—	—	(23.007)	(23.007)
Dividendo adicional proposto	14.3	—	—	69.021	(69.021)	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>1.134.963</b>	<b>21.982</b>	<b>69.021</b>	<b>(338.356)</b>	<b>887.610</b>
Lucro líquido do exercício		—	—	—	35.005	35.005
Deliberação do dividendo adicional proposto	14.4	—	—	(69.021)	—	(69.021)
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	14.2	—	5.170	—	(5.170)	—
Dividendos	14.3	—	—	—	(24.555)	(24.555)
Dividendo adicional proposto	14.3	—	—	73.666	(73.666)	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>1.134.963</b>	<b>27.152</b>	<b>73.666</b>	<b>(406.742)</b>	<b>829.039</b>

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade</b>		<b>35.005</b>	<b>(5.132)</b>
<b>Despesas (receitas) que não afetam caixa e equivalentes de caixa</b>			
Depreciação		66.904	67.390
Amortização		27	9
Imposto de renda e contribuição social	7.3	17.957	(2.660)
Encargos não realizado - líquidos		200.454	202.717
Provisão para demais perdas operacionais		(4.966)	—
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	12.1	3.215	—
Provisões e reversões		9.172	11.855
Resultado das baixas de imobilizado		52	—
Resultado das baixas de direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos - líquido		—	16.442
		<b>327.820</b>	<b>290.621</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>			
Concessionárias e permissionárias		(6.999)	(12.431)
Serviços em curso		(132)	(1.047)
Tributos compensáveis		3.261	(7.018)
Depósitos judiciais e cauções		62	—
Despesas pagas antecipadamente		912	—
Outros ativos		(46)	(1.426)
		<b>(2.942)</b>	<b>(21.922)</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Fornecedores		88	459
Obrigações sociais e trabalhistas		(373)	76
Tributos		6.973	29.738
Provisão para litígios		(3.033)	—
Encargos setoriais		(2.288)	—
Outros passivos		547	1.656
		<b>1.914</b>	<b>31.929</b>
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>326.792</b>	<b>300.628</b>
Encargos de dívidas pagos		(117.033)	(114.671)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.006)	(8.135)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>200.753</b>	<b>177.822</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisições de imobilizado		(28.695)	(8.254)
Aquisições de intangível		(6.601)	(11.235)
Investimentos temporários		166.163	116.863
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>130.867</b>	<b>97.374</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Empréstimos e financiamentos pagos		(81.877)	—
Títulos e valores mobiliários emitidos - debêntures			(20.864)
Títulos e valores mobiliários pagos - amortização de principal de debêntures			(71.866)
Arrendamentos pagos		(278)	(474)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos		(92.028)	(110.477)
Redução de Capital		—	(74.111)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(174.183)</b>	<b>(277.792)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA</b>		<b>157.437</b>	<b>(2.596)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	4	20.964	23.560
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	4	178.401	20.964
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA</b>		<b>157.437</b>	<b>(2.596)</b>

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Em 31 de dezembro de 2025  
(em milhares de reais)

### 1. Contexto Operacional

A Mata de Santa Genebra Transmissão S.A (MSG ou Companhia) é uma companhia de capital fechado com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bairro Mossunguê, CEP 81.200-240, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT ou Controladora) que é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Suas atividades de construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Energia nº 001/2014 - Aneel. O prazo da concessão de 30 anos contado a partir da data de celebração do contrato se encerra em 13.05.2044.

### 2. Base de Preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

#### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com normas emitidas pela Aneel, constantes no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis regulatórias.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentando diferença de valores pelas aplicações diferenciadas de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

As emissões das demonstrações financeiras societárias e das demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 24.03.2026 e em 17.04.2026, respectivamente.

#### 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Os valores são apresentados em milhares de reais e são arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma

#### 2.3. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

#### 2.4. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas Demonstrações Contábeis Regulatórias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Copel GeT. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis regulatórias são as seguintes

- NEs nºs 3.1 e 8 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.2 e 9 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.3 das demonstrações financeiras societárias e 5.1 – Perdas de crédito esperadas: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NE nº 3.4 das demonstrações financeiras societárias e 13 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NE nº 3.3 - Receita não faturada: estimativa de valores não faturados.

## 2.5. Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

## 3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas e apresentadas na NE nº 3 das demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

### 3.1. Imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica são registrados ao custo de aquisição, acrescidos do valor da reavaliação regulatória.

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. Como referência utiliza-se as taxas definidas pela Aneel, visto que tais taxas foram objeto de estudos técnicos e estatísticos efetuados pelo órgão regulador, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

### 3.2. Intangível

Integram esse ativo os valores de servidões de passagem e de softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo intangível em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

#### 3.2.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

### 3.2.2. Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da alienação de um ativo intangível são reconhecidos no resultado, mensurados com a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo.

### 3.3. Reconhecimento da receita

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

A receita não faturada corresponde ao reconhecimento da receita do período entre o último faturamento e o final de cada mês, por meio de estimativa com base na última medição efetuada.

## 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos conta movimento	82.305	20.964
Aplicações financeiras de liquidez imediata	96.096	—
	<b>178.401</b>	<b>20.964</b>

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas entre 99,70% e 102,00% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Após a aquisição de 100% das ações da MSG pela Controladora em maio de 2025, houve ajuste da prática contábil de modo que parte do saldo de Investimentos temporários (NE nº 6) foi reclassificado tendo em vista que estes títulos atendem cumulativamente os critérios para serem classificados como caixa e equivalentes de caixa.

## 5. Concessionárias e permissionárias

Descrição - R\$ mil	VALORES CORRENTES						Saldo em 31.12.2025	Saldo em 31.12.2024
	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA						
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 à 180 dias	De 181 à 360 dias	Mais de 360 dias		
<b>Concessionárias e permissionárias</b>								
Encargos de uso da rede elétrica	32.133	134	950	1.672	13.905	(11.217)	37.577	39.750
<b>TOTAL</b>	<b>32.133</b>	<b>134</b>	<b>950</b>	<b>1.672</b>	<b>13.905</b>	<b>(11.217)</b>	<b>37.577</b>	<b>39.750</b>

### 5.1. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

	1º.01.2024	Adições	31.12.2024	Adições	31.12.2025
<b>Concessionárias e permissionárias</b>					
Encargos de uso da rede elétrica		113	2.045	9.172	11.217
		<b>113</b>	<b>2.045</b>	<b>9.172</b>	<b>11.217</b>

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico emite mensalmente os AVC's - avisos de créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente. Toda inadimplência é comunicada ao ONS o qual pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão..

## 6. Investimentos temporários

Categoria	Indexador	31.12.2025	31.12.2024
Cotas de fundos de investimentos	CDI (a)	100.423	266.585
		<b>100.423</b>	<b>266.585</b>
	<b>Circulante</b>	—	<b>145.343</b>
	<b>Não Circulante</b>	<b>100.423</b>	<b>121.243</b>

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Os recursos referentes a Cotas de fundos de investimentos são vinculados aos contratos de debêntures (NE n° 11).

## 7. Tributos

### 7.1. Tributos compensáveis e tributos a recolher

	31.12.2025	31.12.2024
<b>Ativo Circulante</b>		
IR e CSLL a recuperar	1.579	5.898
PIS/Pasep e Cofins a compensar	3	—
Outros tributos a compensar	1	—
	<b>1.583</b>	<b>5.898</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
IR e CSLL a recuperar	7.283	11.376
Outros tributos a compensar	124	124
	<b>7.407</b>	<b>11.500</b>
<b>Passivo circulante</b>		
ICMS a recolher	45	—
PIS/Pasep e Cofins a recolher	2.538	(1.557)
IR e CSLL a recolher	193	—
INSS e FGTS a recolher	156	(188)
Outros tributos	171	(527)
	<b>3.103</b>	<b>(2.272)</b>

### 7.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2024	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2024	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2025
<b>Ativo não circulante</b>					
Prejuízo Fiscal/ Base negativa	149.900	(3.461)	146.439	(3.972)	142.467
Diferenças Temporárias	5.822	4.154	9.976	(5.021)	4.955
	<b>155.722</b>	<b>693</b>	<b>156.415</b>	<b>(8.993)</b>	<b>147.422</b>
<b>(-) Passivo não circulante</b>					
Diferenças Temporárias	(2.459)	(567)	(3.026)	(210)	(3.236)
Diferença de práticas entre Societário e Regulatório	(106.694)	10.587	(96.107)	444	(95.663)
	<b>(109.153)</b>	<b>10.020</b>	<b>(99.133)</b>	<b>234</b>	<b>(98.899)</b>
<b>Líquido</b>	<b>46.569</b>	<b>10.713</b>	<b>57.282</b>	<b>(8.759)</b>	<b>48.523</b>

### 7.3. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2025	31.12.2024
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>52.962</b>	<b>(7.792)</b>
<b>IRPJ e CSLL (34%)</b>	<b>(18.007)</b>	<b>2.648</b>
<b>Efeitos fiscais sobre:</b>		
Despesas indedutíveis	(20)	(12)
Incentivos fiscais	45	—
Outros	25	24
<b>Despesas com tributos sobre o lucro</b>	<b>(17.957)</b>	<b>2.660</b>
Alíquota efetiva - %	<b>33,9%</b>	<b>34,1%</b>

#### 7.4. Reforma tributária do consumo

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 que instituiu a Reforma Tributária no âmbito da tributação sobre o consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional. Em complemento, foram sancionadas as Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2025, que estabeleceram os principais dispositivos regulamentares necessários à implementação gradual do novo modelo tributário, o qual ainda depende de regulamentações adicionais e de definições operacionais por parte das autoridades competentes.

Considerando a relevância, a complexidade e o caráter gradual da implementação da Reforma Tributária, a Companhia constituiu um grupo multidisciplinar, envolvendo as áreas fiscal, contábil, jurídica, tecnologia da informação, regulatória e de negócios, com o objetivo de avaliar os impactos potenciais sobre suas operações, posição patrimonial, resultados, fluxos de caixa, sistemas, processos e controles internos.

Com base em estudos iniciais realizados, a Administração definiu um plano de ação estruturado para a adequação às novas exigências legais e operacionais. Ao longo do exercício de 2025, a Companhia iniciou e implementou as ações previstas, incluindo, entre outras, revisões de processos, atualizações e adequações de sistemas, mapeamento de impactos tributários e o fortalecimento dos controles internos relacionados à apuração dos tributos e ao cumprimento das obrigações acessórias.

Para o exercício de 2026, a Companhia dará continuidade à execução do referido plano de ação, com foco na conclusão das medidas necessárias para a adaptação às alterações que entrarão em vigor a partir de 2027, notadamente a extinção das contribuições ao PIS e à Cofins e o início da incidência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). No entanto, tendo em vista que o processo de implementação da Reforma Tributária ainda se encontra em evolução, com possíveis alterações legislativas, regulamentações complementares e interpretações por parte das autoridades fiscais.

A Companhia mantém acompanhamento contínuo das atualizações legislativas, das regulamentações infralegais e das discussões no âmbito setorial, revisando periodicamente suas estimativas, premissas e julgamentos à luz das novas informações disponíveis. Eventuais efeitos decorrentes de mudanças futuras na legislação ou em sua interpretação serão refletidos prospectivamente nas demonstrações financeiras do período em que tais alterações forem efetivamente conhecidas ou implementadas.

### 8. Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativa e para transmissão de energia elétrica.

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2025			2024
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Transmissão	3,07%	2.166.922	(377.600)	1.789.322	1.855.323
Administração	14,38%	93	(36)	57	91
		<b>2.167.015</b>	<b>(377.636)</b>	<b>1.789.379</b>	<b>1.855.414</b>
<b>Em Curso</b>					
Transmissão		69.417	—	69.417	41.298
		<b>69.417</b>	<b>—</b>	<b>69.417</b>	<b>41.298</b>
		<b>2.236.432</b>	<b>(377.636)</b>	<b>1.858.796</b>	<b>1.896.712</b>

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31.12.2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31.12.2025	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31.12.2025	Valor Líquido em 31.12.2024
<b>Transmissão</b>	<b>2.166.350</b>	—	(45)	617	<b>2.166.922</b>	<b>572</b>	<b>(377.600)</b>	<b>1.789.322</b>	<b>1.855.323</b>
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	455.154	—	—	75	455.229	75	(74.946)	380.283	393.363
Máquinas e Equipamentos	1.710.605	—	(45)	542	1.711.102	497	(302.419)	1.408.683	1.461.565
Móveis e Utensílios	591	—	—	—	591	—	(235)	356	395
<b>Administração</b>	<b>193</b>	—	(100)	—	<b>93</b>	<b>(100)</b>	<b>(36)</b>	<b>57</b>	<b>91</b>
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Máquinas e Equipamentos	172	—	(100)	(1)	71	(101)	(30)	41	74
Móveis e Utensílios	21	—	—	1	22	1	(6)	16	17
<b>Subtotal</b>	<b>2.166.543</b>	—	(145)	617	<b>2.167.015</b>	<b>472</b>	<b>(377.636)</b>	<b>1.789.379</b>	<b>1.855.414</b>

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31.12.2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31.12.2025	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31.12.2025	Valor Líquido em 31.12.2024
<b>Transmissão</b>	<b>41.298</b>	<b>28.736</b>	<b>—</b>	<b>(617)</b>	<b>69.417</b>	<b>28.119</b>	<b>—</b>	<b>69.417</b>	<b>41.298</b>
Máquinas e Equipamentos	41.298	28.622	—	(542)	69.378	28.080	—	69.378	41.298
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	—	114	—	(75)	39	39	—	39	—
<b>Subtotal</b>	<b>41.298</b>	<b>28.736</b>	<b>—</b>	<b>(617)</b>	<b>69.417</b>	<b>28.119</b>	<b>—</b>	<b>69.417</b>	<b>41.298</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>2.207.841</b>	<b>28.736</b>	<b>(145)</b>	<b>—</b>	<b>2.236.432</b>	<b>28.591</b>	<b>(377.636)</b>	<b>1.858.796</b>	<b>1.896.712</b>

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos nos exercícios de 2025 e de 2024.

### 8.1. Adições ao imobilizado em curso

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Total
Edif/Obras Cíveis/Benfeitorias	—	75	75
Máquinas e Equipamentos	26.691	1.932	28.623
Móveis e Utensílios	38	—	38
<b>Total das Adições</b>	<b>26.729</b>	<b>2.007</b>	<b>28.736</b>

### 8.2. Dez principais adições (pelo valor) ao imobilizado em serviço

	Descrição do bem	em R\$ mil
1	SISTEMA DE PROTECAO OUTROS	170
2	BANCO DE BATERIAS	148
3	BANCO DE BATERIAS	148
4	EDIFICAÇÃO_RESÍDUOS	75
5	SISTEMA DE ALIMENTACAO DE ENERGIA SIST DE ALIMENT	70
6	GUINCHO ELETRICO PORTATIL 500KG C/CONTR	3
7	GUINCHO ELETRICO PORTATIL 500KG C/CONTR	3

### 8.3. Dez principais exclusões (pelo valor) do imobilizado em serviço

	Descrição do bem	em R\$ mil
1	SERVIDOR PARA FIREWALL	27
2	ESTRUTURA PARA ARMAZENAMENTO DE BUCHAS	18
3	SERVIDOR	14
4	SERVIDOR	14
5	NAS	14
6	SERVIDOR	6
7	SWITCH DE REDE	6
8	NOTEBOOK	5
9	NOTEBOOK	5
10	NOTEBOOK	5

### 8.4. Taxas médias de depreciação

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Transmissão</b>	
Conductor do Sistema	2,70%
Edificações, Obras Cíveis	3,37%
Equipamento de Informática	16,67%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura do Sistema	2,70%
Máquinas e Equipamentos	3,73%
<b>Administração central</b>	
Equipamento de Informática	16,67%
Equipamento Geral	6,25%

## 9. Intangível

	Valor Bruto em 31.12.2024	Adições (A)	Valor Bruto em 31.12.2025	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31.12.2025	Valor Líquido em 31.12.2024
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>							
<b>Transmissão</b>	<b>233.010</b>	—	<b>233.010</b>	—	—	<b>233.010</b>	<b>233.010</b>
Servidões	233.010	—	233.010	—	—	233.010	233.010
<b>Administração</b>	<b>208</b>	—	<b>208</b>	—	<b>(194)</b>	<b>14</b>	<b>41</b>
Softwares	208	—	208	—	(194)	14	41
<b>Subtotal</b>	<b>233.218</b>	—	<b>233.218</b>	—	<b>(194)</b>	<b>233.024</b>	<b>233.051</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>							
<b>Transmissão</b>	<b>211.234</b>	<b>24.737</b>	<b>235.971</b>	<b>24.737</b>	—	<b>235.971</b>	<b>211.234</b>
Servidões	26.376	28.159	54.535	28.159	—	54.535	26.375
Deposito Judicial - Servidão	184.858	(3.422)	181.436	(3.422)	—	181.436	184.859
<b>Subtotal</b>	<b>211.234</b>	<b>24.737</b>	<b>235.971</b>	<b>24.737</b>	—	<b>235.971</b>	<b>211.234</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>444.452</b>	<b>24.737</b>	<b>469.189</b>	<b>24.737</b>	<b>(194)</b>	<b>468.995</b>	<b>444.285</b>

## 10. Fornecedores

	31.12.2025	31.12.2024
Materiais e serviços	7.133	7.011
Outros fornecedores	27	20
<b>Circulante</b>	<b>7.160</b>	<b>7.031</b>

## 11. Debêntures e arrendamento mercantil

Os quadros a seguir apresentam a composição do endividamento:

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Data Captação/ Repactuação	Tipo de Garantia
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>							
Debêntures - 2ª emissão	1.064	18.765	157.108	176.937	Sim	15.04.2019	Aval/Fiança
Debêntures - 3ª emissão, 1ª série	3.243	32.191	357.112	392.546	Sim	15.11.2021	Aval/Fiança
Debêntures - 3ª emissão, 2ª série	4.422	15.869	597.154	617.445	Sim	15.11.2021	Aval/Fiança
Debêntures - 3ª emissão, 3ª série	4.408	17.788	576.837	599.033	Sim	15.11.2021	Aval/Fiança
Passivo de arrendamentos	—	336	374	710	Sim	01.01.2024	Não há
	<b>13.137</b>	<b>84.949</b>	<b>1.688.585</b>	<b>1.786.671</b>			

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>							
Debêntures - 2ª emissão	IPCA	4,95%	15.05.2026	Semestral	15.05.2026	15.11.2030	Semestral
Debêntures - 3ª emissão, 1ª série	IPCA	7,06%	15.05.2026	Semestral	15.05.2026	15.11.2031	Semestral
Debêntures - 3ª emissão, 2ª série	IPCA	6,08%	15.05.2026	Semestral	15.05.2026	15.11.2037	Semestral
Debêntures - 3ª emissão, 3ª série	IPCA	6,23%	15.05.2026	Semestral	15.05.2026	15.11.2041	Semestral
Passivo de arrendamentos	IGP-M	4,00%	31.01.2026	Mensal	31.01.2026	31.12.2027	Mensal

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
		2027	2028	2029	2030	2031	2032+	Total
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>								
Debêntures - 2ª emissão	Outro	45.551	47.106	39.210	25.241	—	—	157.108
Debêntures - 3ª emissão, 1ª série	Outro	43.631	55.068	69.193	90.133	99.087	—	357.112
Debêntures - 3ª emissão, 2ª série	Outro	2.806	455	3.470	8.156	15.520	566.747	597.154
Debêntures - 3ª emissão, 3ª série	Outro	3.387	(636)	34	3.046	11.082	559.924	576.837
Passivo de arrendamentos	Price	374	—	—	—	—	—	374
		<b>95.749</b>	<b>101.993</b>	<b>111.907</b>	<b>126.576</b>	<b>125.689</b>	<b>1.126.671</b>	<b>1.688.585</b>

A abertura dos ativos financeiros e da dívida líquida são demonstradas conforme segue:

Instituição / Linha Credora	Principal Curto Prazo	Saldo Total
<b>Caixa e aplicações financeiras</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	178.401	178.401
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	100.423	100.423
	<b>278.824</b>	<b>278.824</b>

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
<b>Dívida Bruta</b>	<b>13.137</b>	<b>84.949</b>	<b>1.688.585</b>	<b>1.786.671</b>
Debêntures / Empréstimos Moeda Nacional	13.137	84.613	1.688.211	1.785.961
Diversos - arrendamentos	—	336	374	710
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>—</b>	<b>(278.824)</b>	<b>—</b>	<b>(278.824)</b>
Alta Líquidez	—	(278.824)	—	(278.824)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>13.137</b>	<b>(193.875)</b>	<b>1.688.585</b>	<b>1.507.847</b>

### 11.1. Mutação de debêntures

<b>Em 1º.01.2024</b>		<b>1.763.082</b>
Encargos e variação monetária		207.066
Pagamento - principal		(71.866)
Pagamento - encargos		(114.545)
<b>31.12.2024</b>		<b>1.783.737</b>
Encargos e variação monetária		201.041
Pagamento - principal		(81.877)
Pagamento - encargos		(116.940)
<b>31.12.2025</b>		<b>1.785.961</b>

### 11.2. Cláusulas contratuais restritivas - covenants

A Companhia deverá manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,2 por 3 anos seguidos ou 4 anos intercalados, com base nas demonstrações financeiras auditadas, independentemente da realização de depósitos da Conta Complementação do ICSD em cada um dos períodos. Em 31.12.2025 a Companhia atingiu ICSD de 1,30, bem como todas as condições acordadas foram integralmente atendidas.

## 12. Encargos Setoriais a Recolher

	31.12.2025	31.12.2024
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (NE nº 12.1)	5.765	4.358
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	107	101
	<b>5.872</b>	<b>4.459</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.659</b>	<b>453</b>
<b>Não circulante</b>	<b>4.213</b>	<b>4.006</b>

### 12.1. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2025	Saldo em 31.12.2024
FNDCT	—	207	—	207	196
MME	—	103	—	103	98
P&D	1.179	—	4.276	5.455	4.064
	<b>1.179</b>	<b>310</b>	<b>4.276</b>	<b>5.765</b>	<b>4.358</b>
<b>Circulante</b>				<b>1.552</b>	<b>352</b>
<b>Não circulante</b>				<b>4.213</b>	<b>4.006</b>

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

O quadro a seguir apresenta a mutação dos saldos de P&D.

	FNDCT	MME	P&D	Total
<b>Em 1º.01.2024</b>	<b>114</b>	<b>57</b>	<b>2.885</b>	<b>3.056</b>
Constituições	1.182	591	1.182	2.955
Juros	—	—	327	327
Recolhimentos	(1.100)	(550)	(330)	(1.980)
<b>Em 31.12.2024</b>	<b>196</b>	<b>98</b>	<b>4.064</b>	<b>4.358</b>
Constituições	1.286	643	1.286	3.215
Juros	—	—	486	486
Recolhimentos	(1.275)	(638)	(381)	(2.294)
<b>Em 31.12.2025</b>	<b>207</b>	<b>103</b>	<b>5.455</b>	<b>5.765</b>

### 13. Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 das demonstrações financeiras societárias são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por este motivo, esta informação não é fornecida.

#### 13.1. Mutações das provisões de litígios

	Trabalhistas	Fiscais	Ambientais	Outros	Total
<b>Em 1º.01.2024</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>4.706</b>	<b>27.485</b>	<b>32.191</b>
Constituição	57	—	550	—	607
Adições Intangível em curso	—	—	—	(6.868)	(6.868)
Atualização monetária	3	—	—	—	3
<b>Em 31.12.2024</b>	<b>60</b>	<b>—</b>	<b>5.256</b>	<b>20.617</b>	<b>25.933</b>
Constituição	310	—	—	—	310
Adições Intangível em curso	—	3	—	28.098	28.101
Reversão	(20)	—	(5.256)	—	(5.276)
Quitação	(232)	—	—	(2.801)	(3.033)
Atualização monetária	23	—	—	—	23
<b>Em 31.12.2025</b>	<b>141</b>	<b>3</b>	<b>—</b>	<b>45.914</b>	<b>46.058</b>

#### 13.2. Passivo contingente

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhistas	188	513
Cíveis	26.666	37.889
Regulatórias (NE nº 13.2.1)	324.217	317.442
	<b>351.071</b>	<b>355.844</b>

##### 13.2.1. Regulatórias

Se referem principalmente a discussões com a Aneel relacionadas à postergação da entrada em operação comercial e, conseqüentemente, atraso das parcelas que compõem a RAP do empreendimento, e reconhecimento de excludente de responsabilidade pelo atraso no cronograma tendo em vista a ocorrência de fatos não imputáveis à MSG.

## 14. Patrimônio Líquido

### 14.1. Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2025, no valor de R\$ 1.134.963 (R\$ 1.134.963 em 31.12.2024) é composto por 1.134.963.171 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

Em dezembro de 2024 a Copel GeT celebrou o contrato de descruzamento de ativos com a Axia (antiga Eletrobras). Em 30.05.2025, a operação foi concluída e a Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. passou a ter como única acionista a Copel Geração e Transmissão S.A.

### 14.2. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

### 14.3. Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2025	31.12.2024
<b>Base de cálculo para os dividendos</b>		
Lucro líquido do exercício - regulatório	35.005	(5.132)
Efeito dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória (NE nº 19)	68.386	102.004
<b>Lucro líquido do exercício - societário</b>	<b>103.391</b>	<b>96.872</b>
Reserva legal (5%)	(5.170)	(4.844)
	<b>98.221</b>	<b>92.028</b>
<b>Dividendos propostos</b>		
Dividendos mínimo obrigatório	24.555	23.007
Dividendo adicional proposto	73.666	69.021
	<b>98.221</b>	<b>92.028</b>

### 14.4. Dividendo adicional proposto

Em 30.04.2025, a Assembleia Geral aprovou o pagamento do dividendo adicional proposto registrado em 31.12.2024, no valor de R\$ 69.021.

## 15. Receita Operacional Líquida

	31.12.2025	31.12.2024
Disponibilidade da rede elétrica (Receita Bruta)	358.335	330.665
(-) PIS/Pasep e Cofins	(32.285)	(31.022)
<b>Encargos do consumidor</b>		
(-) Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(3.216)	(2.955)
(-) Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(1.255)	(1.205)
<b>Receita Líquida</b>	<b>321.579</b>	<b>295.483</b>

## 16. Custos e Despesas Operacionais

	31.12.2025	31.12.2024
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		
Pessoal e administradores (NE nº 16.1)	(5.619)	(9.075)
Serviços de terceiros (NE nº 16.2)	(33.382)	(24.526)
Arrendamentos e aluguéis	(1.530)	(1.797)
Seguros	(1.965)	(1.868)
Perdas estimadas, provisões e reversões	4.509	(9.458)
Tributos	(18)	(665)
Depreciação e amortização	(66.626)	(66.860)
Gastos diversos	(699)	(553)
(-) Outras receitas operacionais	363	2.553
Outras despesas operacionais	(78)	(16.402)
	<b>(105.449)</b>	<b>(129.003)</b>

## 16.1. Pessoal e administradores

	31.12.2025	31.12.2024
<b>Pessoal</b>		
Remunerações	2.770	4.288
Encargos sociais	1.047	1.418
Auxílio alimentação e educação	95	166
	<b>3.912</b>	<b>5.872</b>
<b>Administradores</b>		
Honorários	1.259	2.392
Encargos sociais	109	354
Outros gastos	12	39
	<b>1.380</b>	<b>2.785</b>
<b>Plano de benefício assistencial</b>	<b>327</b>	<b>418</b>
	<b>5.619</b>	<b>9.075</b>

## 16.2. Serviços de terceiros

	31.12.2025	31.12.2024
Manutenção do sistema elétrico	19.973	15.847
Manutenção de instalações	2.617	1.387
Comunicação, processamento e transmissão de dados	589	791
Consultoria e auditoria	8.008	3.943
Outros serviços	2.195	2.558
	<b>33.382</b>	<b>24.526</b>

## 17. Resultado Financeiro

	31.12.2025	31.12.2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	34.979	30.549
Atualização de depósitos judiciais	4.218	2.335
Juros sobre impostos a compensar	1.207	2.141
(-) Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(1.882)	(1.634)
Outras receitas financeiras	70	115
	<b>38.592</b>	<b>33.506</b>
<b>(-) Despesas financeiras</b>		
Variação monetária e encargos da dívida	201.065	207.069
Juros sobre passivo de arrendamento	93	126
Outras despesas financeiras	602	583
	<b>201.760</b>	<b>207.778</b>
<b>Líquido</b>	<b>(163.168)</b>	<b>(174.272)</b>



	Nota de Ajuste	31.12.2025			31.12.2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>RECEITA</b>							
Disponibilização do sistema de transmissão	1.6	358.335	72.096	430.431	330.665	102.077	432.742
Receita de construção	1.13	—	6.623	6.623	—	14.349	14
Outras receitas	1.7	—	400	400	—	347	347
		<b>358.335</b>	<b>79.119</b>	<b>437.454</b>	<b>330.665</b>	<b>102.438</b>	<b>433.103</b>
<b>Tributos</b>							
Pis/Pasep	1.8	(5.759)	(1.142)	(6.901)	(5.534)	(1.448)	(6.982)
Cofins	1.8	(26.526)	(5.261)	(31.787)	(25.488)	(6.669)	(32.157)
		<b>(32.285)</b>	<b>(6.403)</b>	<b>(38.688)</b>	<b>(31.022)</b>	<b>(8.117)</b>	<b>(39.139)</b>
<b>Encargos</b>							
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(3.216)	—	(3.216)	(2.955)	—	(2.955)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	1.9	(1.255)	1.255	—	(1.205)	1.205	—
		<b>(4.471)</b>	<b>1.255</b>	<b>(3.216)</b>	<b>(4.160)</b>	<b>1.205</b>	<b>(2.955)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>321.579</b>	<b>73.971</b>	<b>395.550</b>	<b>295.483</b>	<b>95.526</b>	<b>391.009</b>
<b>CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA</b>							
		—	—	—	—	—	—
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>321.579</b>	<b>73.971</b>	<b>395.550</b>	<b>295.483</b>	<b>95.526</b>	<b>391.009</b>

(continua)

	Nota de Ajuste	31.12.2025			31.12.2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>							
Pessoal e administradores	1.10	(5.619)	8	(5.611)	(9.075)	61	(9.014)
Material		(446)	—	(446)	(352)	—	(352)
Serviços de terceiros		(33.382)	—	(33.382)	(24.526)	—	(24.526)
Arrendamentos e aluguéis	1.11	(1.530)	274	(1.256)	(1.797)	523	(1.274)
Seguros		(1.965)	—	(1.965)	(1.868)	—	(1.868)
Perdas estimadas, provisões e reversões		4.509	—	4.509	(9.458)	—	(9.458)
(-) Recuperação de despesas		42	—	42	—	—	—
Tributos		(18)	—	(18)	(665)	—	(665)
Depreciação e amortização	1.12	(66.626)	66.306	(320)	(66.860)	66.267	(593)
Custo de construção	1.13	—	(35.335)	(35.335)	—	(22.603)	(22.603)
Gastos diversos	1.14	(699)	(1.311)	(2.010)	(553)	(1.266)	(1.819)
(-) Outras receitas operacionais	1.15	363	(363)	—	2.553	(347)	2.206
Outras despesas operacionais	1.16	(78)	65	(13)	(16.402)	16.390	(12)
		<b>(105.449)</b>	<b>29.644</b>	<b>(75.805)</b>	<b>(129.003)</b>	<b>59.025</b>	<b>(69.978)</b>
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>		<b>216.130</b>	<b>103.615</b>	<b>319.745</b>	<b>166.480</b>	<b>154.551</b>	<b>321.031</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>							
Despesas financeiras		(201.760)	—	(201.760)	(207.778)	—	(207.778)
Receitas financeiras		38.592	—	38.592	33.506	—	33.506
		<b>(163.168)</b>	<b>—</b>	<b>(163.168)</b>	<b>(174.272)</b>	<b>—</b>	<b>(174.272)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS</b>		<b>52.962</b>	<b>103.615</b>	<b>156.577</b>	<b>(7.792)</b>	<b>154.551</b>	<b>146.759</b>
Despesas com tributos sobre o lucro	1.17	(17.957)	(35.229)	(53.186)	2.660	(52.547)	(49.887)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE</b>		<b>35.005</b>	<b>68.386</b>	<b>103.391</b>	<b>(5.132)</b>	<b>102.004</b>	<b>96.872</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>35.005</b>	<b>68.386</b>	<b>103.391</b>	<b>(5.132)</b>	<b>102.004</b>	<b>96.872</b>

1.1 Aplicação do ICPC 01 - Contrato de concessão no balanço societário (ativo de contrato de transmissão registrado no imobilizado e intangível no balanço regulatório)..

1.2 Ajustes de imposto de renda e contribuição social diferido proveniente das diferenças de práticas contábeis entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória.

1.3 Valores de ativos de transmissão classificados como Ativo de contrato no balanço societário, conforme ICPC 01 - Contrato de Concessão.

1.4 Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) contabilizado em Outras Contas a Pagar na contabilidade societária e em Encargos Setoriais na contabilidade regulatória.

1.5 Reflexo acumulado da diferença de resultado decorrente da adoção das práticas contábeis societárias e regulatórias.

1.6 Reconhecimento na contabilidade societária da remuneração financeira sobre o ativo de contrato, conforme ICPC 01 - Contrato de concessão, não registrado na contabilidade regulatória que reconhece a receita pelo faturamento da Receita Anual Permitida – RAP.

1.7 Receitas não vinculadas à concessão classificadas como receita operacional no balanço societário e como outras receitas operacionais na contabilidade regulatória.

1.8 Pis e Cofins reconhecidos na contabilidade societária em decorrência do reconhecimento do Ativo de Contrato.

1.9 Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) classificado como Outros custos e despesas operacionais na contabilidade societária e reclassificada para dedução da receita bruta na contabilidade regulatória.

1.10 Despesas com estagiários contabilizados como Pessoal e administradores na contabilidade regulatória e em Gastos diversos na contabilidade societária.

1.11 Amortização do direito de uso de ativos reconhecido na contabilidade regulatória na linha Arrendamentos e Aluguéis e na contabilidade societária como Depreciação e Amortização.

1.12 Depreciação/amortização do ativo imobilizado e intangível na contabilidade regulatória e tratado na contabilidade societária como ativo de contrato.

1.13 Receita e custo de construção dos ativos de transmissão reconhecidos na contabilidade societária, conforme ICPC 01 - Contrato de concessão, não reconhecidos na contabilidade regulatória.

1.14 Efeito na contabilidade societária da contabilização da taxa de fiscalização, despesas com estagiários e perdas na desativação e alienação de bens.

1.15 Outras receitas não vinculadas à concessão contabilizadas em Outras Receitas Operacionais na contabilidade societária e reclassificados para Custos gerenciáveis na contabilidade regulatória.

1.16 Refere-se principalmente à baixa regulatória de ativo imobilizado, tratada na contabilidade societária como ativo de contrato.

1.17 Reflexos dos tributos sobre a diferença de resultado apurado na contabilidade societária e na contabilidade regulatória.

## 18.2. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31.12.2025	31.12.2024
<b>Lucro líquido conforme contabilidade societária</b>	<b>103.391</b>	<b>96.872</b>
<b>Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:</b>		
<b>Na Receita</b>		
Receita de construção	(6.623)	(14.349)
Pis/Cofins diferidos	6.366	8.117
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(72.096)	(87.742)
<b>Nos Custos e Despesas</b>		
Custo de construção	35.335	22.603
Depreciação e amortização - transmissão	(66.580)	(66.790)
Perdas na desativação de bens	(17)	—
Outras despesas	—	(16.390)
Tributos sobre os ajustes de práticas contábeis	35.229	52.547
<b>Lucro líquido regulatório</b>	<b>35.005</b>	<b>(5.132)</b>

### 18.3. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31.12.2025	31.12.2024
<b>Patrimônio líquido societário</b>	<b>1.397.141</b>	<b>1.387.326</b>
<b>Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Remensuração do ativo financeiro e demais ajustes de ativos de transmissão	(860.760)	(1.067.201)
Tributos sobre os ajustes de práticas contábeis	292.658	567.485
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b>829.039</b>	<b>887.610</b>

## 19. Instrumentos Financeiros

### 19.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	178.401	178.401	20.964	20.964
Investimentos temporários (b)	6	2	100.423	100.423	266.586	266.586
Indenização pela concessão a receber (a)			12.654	12.654	—	—
			<b>291.478</b>	<b>291.478</b>	<b>287.550</b>	<b>287.550</b>
<b>Custo amortizado</b>						
Consumidores, concessionárias e permissionárias (a)	5		37.577	37.577	39.750	39.750
			<b>37.577</b>	<b>37.577</b>	<b>39.750</b>	<b>39.750</b>
<b>Total dos ativos financeiros</b>			<b>329.055</b>	<b>329.055</b>	<b>327.300</b>	<b>327.300</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Outros passivos financeiros</b>						
Fornecedores (a)	10		7.160	7.160	7.031	7.031
Debêntures (c)			1.833.061	1.743.923	1.836.140	1.621.055
<b>Total dos passivos financeiros</b>			<b>1.840.221</b>	<b>1.751.083</b>	<b>1.843.171</b>	<b>1.628.086</b>

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

#### Apuração dos valores justos

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

c) Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário – PU em 31.12.2025, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima.

### 19.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### 19.2.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou de contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme rating local das principais agências classificadoras.

Adicionalmente, a Companhia atua na gestão de contas a receber implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.

#### 19.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração desse risco com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias, enquanto as de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil – Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 4 anos. A partir de 2030, repetem-se os indicadores de 2029 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
<b>31.12.2025</b>							
Fornecedores	—	5.590	—	1.570	—	—	7.160
Debêntures	NE nº 11	—	—	208.600	938.641	2.548.638	3.695.879
Passivo de arrendamentos		29	59	263	361	—	712
		<b>5.619</b>	<b>59</b>	<b>210.433</b>	<b>939.002</b>	<b>2.548.638</b>	<b>3.703.751</b>

### 19.2.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### (a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

#### Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data das demonstrações financeiras, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 15,0% previsto na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Bacen, e TJLP - 8,79%, que considera a projeção interna da Companhia). Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2025	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
<b>Ativos financeiros</b>					
Investimentos temporários	Baixa CDI	100.423	12.310	9.235	6.160
		<b>100.423</b>	<b>12.310</b>	<b>9.235</b>	<b>6.160</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Debêntures	Alta TJLP	(1.833.061)	(73.322)	(91.653)	(109.984)
		<b>(1.833.061)</b>	<b>(73.322)</b>	<b>(91.653)</b>	<b>(109.984)</b>
		<b>(1.732.638)</b>	<b>(61.012)</b>	<b>(82.418)</b>	<b>(103.824)</b>

### 19.3. Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

### 20. Partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes de transações relevantes com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.

Parte Relacionada / Natureza da operação	Passivo		Custo / Despesa	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
<b>Controladores</b>				
<b>Copel Geração e Transmissão S.A.</b>				
Serviços de O&M	2.170	2.284	(15.220)	(13.386)
Dividendos	24.555	11.527	—	—
Engenharia do proprietário	—	1.300	—	—
Compartilhamento (a)	342	322	—	—
<b>Copel Distribuição S.A.</b>				
Compartilhamento (a)	303	300	—	—
<b>Pessoal chave da administração</b>				
Honorários	—	—	(1.259)	(2.392)
Encargos sociais	—	—	(109)	(354)

(a) Os saldos se referem a contratos de compartilhamento de despesas de pessoal e administradores e de serviços celebrados entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas.

No que diz respeito ao pessoal chave da administração, não há outros benefícios além do que está apresentado no quadro acima.

### 21. Seguros

Os principais seguros contratados pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais	24.08.2026	461.090
Seguro D&O (a)	28.03.2027	192.584
Seguro Cyber	08.05.2026	25.000
Garantia Judicial	04.02.2027	17.190

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia do dia 31.12.2025, de R\$ 5,5024.

Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Curitiba, 17 de abril de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO  
REZENDE**

Diretor Técnico

**ADRIANO FEDALTO**

Diretor Administrativo-Financeiro

**MICHAEL LUIZ DE SOUZA**

Contador - CRC-PR-059084/O-0

---

Em atendimento à Resolução Normativa nº 933 de 18.05.2021 da Aneel, informamos que as Demonstrações Financeiras Societárias foram publicadas em 24.03.2026, e as Demonstrações Contábeis Regulatórias publicadas em 17.04.2026, restando disponíveis no site da Copel <https://ri.copel.com/>.



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos Administradores e Acionistas  
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

### **Base para opinião**

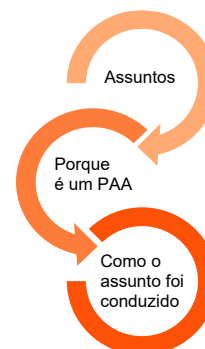
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Chamamos a atenção para a Nota 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de preparação dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Uirapuru Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p><b>Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado de concessão de linhas de transmissão de energia elétrica (Notas 3.1 e 8)</b></p> <p>Conforme mencionado nas Notas 3.1 e 8 às demonstrações contábeis regulatórias, a Companhia mantém registrado na rubrica de "Imobilizado" o montante de R\$ 1.858.796 mil. O qual possui maior representatividade sobre o ativo total da Companhia, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.</p> <p>A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual os saldos se relacionam.</p> <p>As projeções de fluxos de caixa futuros foram preparadas com base no plano de negócios aprovada pela administração e considera informações internas e externas projetadas, que são sensíveis, principalmente, as premissas relacionadas às taxas de desconto, receitas, custos e despesas.</p> <p>Condições econômicas adversas podem fazer com que essas premissas apresentem alterações significativas às projetadas pela Companhia, com consequente impacto nas demonstrações contábeis.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação da razoabilidade do modelo utilizado e teste da exatidão matemática dos cálculos, bem como a avaliação da razoabilidade das premissas significativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, incluindo análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas.</p> <p>Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos o registro contábil relacionado com a constituição da provisão para perdas do valor recuperável do Imobilizado. Efetuamos também a leitura das divulgações sobre o teste do valor recuperável nas notas explicativas.</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável do ativo imobilizado são consistentes com os dados e as informações obtidas.</p>



Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

---

<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p>Em razão dos aspectos acima mencionados esse assunto foi considerado como um tema de foco em nossa auditoria.</p>	

---

### **Outros assuntos - Demonstrações financeiras societárias**

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente em 24 de março de 2026, sem modificação.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 17 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-6

Bruno Guedes Monteiro  
Contador CRC 1RJ118070/O-0